



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

TARDE

CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREA VII

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1

O sistema financeiro é composto por quatro grandes mercados. São eles o monetário, o de crédito o de câmbio e o de capitais. A respeito desses mercados, assinale a afirmativa correta.

- (A) O mercado de crédito é utilizado pelo Banco Central para controlar a liquidez da economia.
- (B) O mercado de câmbio é utilizado pelo Banco Central para controlar a quantidade de moeda doméstica em circulação na economia.
- (C) O mercado crédito é supervisionado pelo Banco Central e é caracterizado pelas trocas de moedas estrangeiras.
- (D) No mercado de câmbio os intermediários financeiros captam recursos de alguns agentes e emprestam a outros.
- (E) O mercado de capitais liga tomadores e poupadores, mas não há um intermediário financeiro propriamente dito: é uma relação direta. Os intermediários podem prestar diversos serviços de apoio, mas geralmente não ficam com o risco.

2

A regulamentação do sistema financeiro é fundamental para garantir a estabilidade, a integridade e a confiança no sistema, protegendo os interesses dos investidores e da economia como um todo. Em relação à regulamentação e à supervisão do sistema financeiro nacional brasileiro, é correto afirmar que

- (A) o Banco Central é responsável por determinar as metas de inflação.
- (B) o COPOM (Comitê de Política Monetária) é responsável por determinar a taxa básica de juros.
- (C) o Banco Central define as diretrizes e políticas relacionadas à moeda, ao crédito e à política cambial no Brasil.
- (D) o CMN (Conselho Monetário Nacional) executa as políticas monetárias e cambiais.
- (E) a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) é responsável por manter a inflação sob controle, ao redor da meta de inflação.

3

A seguinte medida é uma opção comum em um processo de resolução de instituições financeiras em situação de crise:

- (A) nacionalização da instituição em crise.
- (B) isenção de garantias de depósitos para os clientes da instituição.
- (C) manter a administração existente sem intervenção.
- (D) promover uma maior exposição a ativos arriscados.
- (E) reduzir os requisitos de capital da instituição em crise.

4

Quando uma instituição financeira se torna insolvente, as autoridades reguladoras e supervisoras podem recorrer a regimes especiais de intervenção e liquidação. O seguinte regime é especificamente projetado para proteger os depositantes e garantir a continuidade dos serviços financeiros:

- (A) Regime de Aumento de Exposição a Ativos Arriscados.
- (B) Regime de Intervenção Administrativa.
- (C) Regime de Suspensão Temporária.
- (D) Regime de Nacionalização.
- (E) Regime de Isenção de Capital.

5

Sobre as atribuições entre Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BC) a respeito de política monetária e cambial, assinale a afirmativa correta:

- (A) O BC é responsável pela formulação e implementação da política monetária, assim como pela regulação do mercado de valores mobiliários.
- (B) O CMN define a taxa básica de juros (SELIC).
- (C) O CMN estabelece as metas de inflação a serem perseguidas pelo BCB na condução da política monetária.
- (D) O CMN é responsável pela gestão das reservas Internacionais.
- (E) O CMN garante que as instituições financeiras operem de acordo com as regulamentações estabelecidas e monitora sua solidez financeira.

6

O regime jurídico do capital estrangeiro refere-se ao conjunto de leis, regulamentos e políticas que governam a entrada, operação e saída de investimentos estrangeiros em um país. Acerca do regime jurídico do capital estrangeiro no Brasil é correto afirmar que

- (A) o Brasil incentiva o investimento estrangeiro; desta forma, há incentivo à participação de capital estrangeiro em todos os setores da economia.
- (B) o Brasil oferece incentivos fiscais em várias áreas para atrair investimento estrangeiro, incluindo reduções de impostos e benefícios em zonas econômicas especiais.
- (C) investidores estrangeiros são obrigados a investir seus lucros no Brasil para maior desenvolvimento do país.
- (D) o Conselho Monetário Nacional (CMN) é responsável por regulamentar e controlar as operações de capital estrangeiro no país; isso inclui a autorização para investimentos estrangeiros.
- (E) o setor financeiro e bancário no Brasil geralmente está sujeito a incentivos à propriedade estrangeira, devido à natureza sensível desse setor, uma vez que é um setor em que não há muita concorrência.

7

O compulsório é uma ferramenta clássica de política monetária utilizada pelo Banco Central. Um objetivo principal associado ao uso do compulsório é

- (A) promover a competitividade bancária e estimular o crescimento do mercado.
- (B) facilitar o acesso ao crédito pelas famílias quando as alíquotas são elevadas e controlar a inflação.
- (C) realizar vendas de títulos públicos e emprestar dinheiro ao governo.
- (D) controlar o crédito e fornecer liquidez ao sistema bancário.
- (E) realizar operações de crédito no exterior e ampliar os meios de pagamento.

8

O Comitê de Política Monetária é formado por membros do Banco Central do Brasil. Um dos objetivos do Comitê de Política Monetária é definir

- (A) a taxa de câmbio da economia.
- (B) a quantidade títulos negociados nos leilões de mercado aberto.
- (C) a quantidade de contratos de swaps cambiais negociados nos leilões.
- (D) a taxa SELIC.
- (E) a meta de inflação e seu intervalo de tolerância.

9

O CDB é um tradicional produto de captação de instituições financeiras. Ele pode ser pós-fixado ou prefixado. Sobre esse instrumento, assinale a afirmativa correta.

- (A) Um CDB que rende 4% ao ano mais inflação não tem risco porque ele preserva o poder de compra do investidor.
- (B) Os bancos são instituições que só emitem CDBs pós-fixados, indexados à taxa DI ou à inflação.
- (C) Um CDB que rende 12% ao ano é um instrumento prefixado e tem risco porque a inflação pode subir.
- (D) Um CDB que rende 4% ao ano mais inflação é um título prefixado porque o investidor já sabe quanto ganhará em termos de poder de compra.
- (E) Um CDB que rende 102% da taxa DI é um instrumento prefixado porque a taxa DI tem correlação alta com a taxa Selic, a taxa básica da economia.

10

Em relação às operações de arrendamento mercantil, é correto afirmar que

- (A) no arrendamento mercantil financeiro, o bem objeto da transação deve ser comprado pelo arrendatário ao final da operação, pelo valor de mercado ou valor justo do bem.
- (B) normalmente, em um contrato de arrendamento mercantil financeiro, o arrendador é responsável por todas as despesas de manutenção e operação do bem.
- (C) no arrendamento mercantil operacional, o foco principal é a intenção de adquirir o bem ao final do contrato.
- (D) nas operações de arrendamento mercantil operacional, o bem obrigatoriamente deve ser novo.
- (E) no arrendamento mercantil financeiro, ocorre a transferência, para o arrendatário, dos riscos e benefícios da operação.

11

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) é responsável por administrar um mecanismo de proteção aos correntistas, poupadores e investidores no sistema financeiro. Esse fundo proporciona garantia limitada em caso de dificuldades financeiras das instituições financeiras.

O seguinte tipo de ativo financeiro é coberto pelo FGC, proporcionando garantia limitada:

- (A) ações de empresas listadas na bolsa de valores.
- (B) títulos públicos federais do Tesouro Direto.
- (C) depósitos à vista e Certificados de Depósito Bancário.
- (D) Fundos de Investimento de renda fixa.
- (E) Fundos de investimento imobiliário.

12

Sobre as operações bancárias, assinale a afirmativa correta.

- (A) As operações ativas são aquelas em que o banco capta recursos dos clientes.
- (B) As operações acessórias referem-se a serviços prestados pelo banco, como arrecadação de impostos e tributos, que não estão diretamente relacionados às operações de crédito ou captação de recursos.
- (C) O crédito consignado e o microcrédito são exemplos de operações passivas dos bancos.
- (D) As operações passivas são aquelas em que o banco oferece crédito aos clientes.
- (E) O depósito a prazo e a caderneta de poupança são exemplos de operações ativas.

13

Assinale a afirmativa correta sobre um investimento em um CDB que paga uma taxa prefixada mais inflação e é sujeito a imposto de renda.

- (A) O investidor torce para que haja muita inflação, pois assim receberá mais e poderá consumir mais.
- (B) O investidor torce para a taxa de juros real subir, pois assim seu CDB valerá mais.
- (C) O investidor torce para a taxa SELIC subir, pois assim seu CDB valerá mais.
- (D) O investidor torce para que a inflação seja baixa, uma vez que seu poder de consumo será maior se isso ocorrer.
- (E) O investidor torce para a taxa de juros nominal de mais longo prazo subir, pois assim seu CDB valerá mais.

14

Uma empresa procura um banco e fecha a compra de US\$2 milhões a termo. Instantes depois o banco compra a mesma exposição em contratos de dólar futuro. Nesse caso, avalie se a seguintes afirmativas são falsas (F) ou verdadeiras (V):

- () Pode-se considerar que o banco está fazendo a intermediação financeira entre a empresa e a bolsa.
- () Com essas operações o banco está especulando que o dólar vai subir.
- () Termo e futuro são dois produtos do mercado de crédito.
- () A empresa, ao comprar o dólar a termo, pode estar fazendo um hedge de uma exportação na qual pagará dólares em uma data futura.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F – F.
- (B) V – V – F – F.
- (C) F – V – V – F.
- (D) V – F – F – V.
- (E) F – F – V – V.

15

Em relação ao Adiantamento Sobre Contrato de Câmbio (ACC), avalie as afirmativas a seguir.

- I. O ACC é um mecanismo que permite que um importador pague antecipadamente por suas importações em moeda estrangeira.
- II. O ACC é o financiamento concedido por uma instituição financeira a um exportador brasileiro antes do embarque da mercadoria.
- III. O ACC é um tipo de câmbio flutuante utilizado em contratos de importação.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

16

Avalie se os itens a seguir apresentam programas ou mecanismos de financiamento comumente utilizado no Brasil para permitir que as famílias de baixa renda tenham acesso à moradia.

- I. Caderneta de Poupança.
- II. Leasing Imobiliário.
- III. Arrendamento Mercantil Imobiliário.
- IV. Programa Minha Casa, Minha Vida.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) IV, apenas.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, III e IV.

17

A principal finalidade do Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central do Brasil é

- (A) controlar, por parte do Banco Central, o crédito disponível na economia.
- (B) manter uma lista pública de devedores inadimplentes.
- (C) fornecer informações detalhadas sobre investimentos em instituições financeiras.
- (D) ajudar as instituições financeiras a tomar decisões de concessão de crédito.
- (E) coletar informações sobre crédito internacional dos bancos brasileiros.

18

Em relação ao crédito rural no Brasil, avalie se as seguintes afirmativas são falsas (F) ou verdadeiras (V):

- () Caixa Econômica Federal é a principal instituição responsável pela concessão de crédito rural no Brasil.
- () O principal objetivo do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é fornecer crédito e apoio técnico para fortalecer a agricultura familiar no Brasil.
- () O crédito rural no Brasil é fornecido exclusivamente por instituições financeiras públicas para financiar atividades agrícolas de pequenos e grandes produtores.
- () O crédito rural no Brasil é concedido com base em taxas de juros fixas, independentemente das condições do mercado financeiro.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F – F.
- (B) F – V – F – F.
- (C) V – V – V – V.
- (D) V – F – F – V.
- (E) F – V – V – V.

19

O Cadastro Positivo é um sistema de registro de informações financeiras que visa reunir dados sobre o histórico de pagamentos e compromissos financeiros de consumidores e empresas. O principal objetivo do Cadastro Positivo no Brasil é

- (A) facilitar a exclusão de consumidores inadimplentes do sistema financeiro.
- (B) reduzir o custo do crédito para todos os consumidores.
- (C) facilitar o acesso ao crédito para todos os consumidores.
- (D) permitir uma avaliação de crédito mais precisa.
- (E) substituir o Cadastro Negativo.

20

Avalie se as funções do Banco Central do Brasil em relação ao sistema de pagamentos no país incluem

- I. atuar como intermediário em todas as transações de pagamentos;
- II. fornecer empréstimos para bancos comerciais durante períodos de crise no sistema de pagamentos;
- III. regular e supervisionar o sistema de pagamentos.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

21

Uma instituição financeira entra em um leilão do Banco Central do Brasil e faz um *swap* cambial, com prazo de 1 ano, em que recebe variação cambial mais 3% a.a e paga taxa SELIC. O montante (principal) do *swap* é de R\$10 milhões e o dólar no momento do *swap* é R\$5/\$. Despreze os ajustes diários que ocorrem nesse contrato. Das seguintes afirmações sobre os fluxos de caixa futuros da instituição financeira, assinale a correta.

- (A) A ponta passiva do *swap* é conhecida, em reais, no momento em que o *swap* é realizado.
- (B) A ponta ativa do *swap* é conhecida, em reais, no momento em que o *swap* é realizado.
- (C) A ponta passiva do *swap* é conhecida, em dólares, no momento em que o *swap* é realizado.
- (D) A ponta ativa do *swap* é prefixada em dólares.
- (E) A ponta passiva do *swap* será igual a R\$10 milhões reajustados pela variação cambial ocorrida na vigência do contrato.

22

Consórcios são uma forma de financiamento coletivo na qual um grupo de pessoas se reúne para alcançar um objetivo comum, como, por exemplo, adquirir um bem. No Brasil, os consórcios são supervisionados e fiscalizados pelo(a)

- (A) Banco Central do Brasil.
- (B) SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).
- (C) ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).
- (D) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).
- (E) INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial).

23

Em relação ao crédito imobiliário no Brasil, é correto afirmar que

- (A) o crédito imobiliário no Brasil apenas pode ser concedido com base em taxas de juros prefixadas.
- (B) o Sistema de Amortização Constante (SAC) é o único método de amortização utilizado em contratos de crédito imobiliário.
- (C) a hipoteca é o único tipo de garantia legalmente aceito em contratos de crédito imobiliário no Brasil.
- (D) os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) podem ser usados para financiar a compra de imóveis no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).
- (E) a Caixa Econômica Federal é a única instituição financeira autorizada a conceder crédito imobiliário no Brasil.

24

As Resoluções CMN 4656/2018 e 4657/2018 criaram as figuras da Sociedade de Crédito Direto (SCD) e da Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP), permitindo a entrada de *fintechs* em um dos setores mais sensíveis do segmento bancário, o segmento crédito. Em relação às SCDs e às SEPs, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nas SCDs, assim como nas SEPs, são permitidos empréstimos a pessoas físicas e jurídicas a partir, exclusivamente, de seu capital social, sendo vedada a captação de recursos de terceiros para fomentar linhas de crédito como, por exemplo, a realizada por bancos comerciais; a diferença está na participação cobrada pela SEP pela administração da operação.
- (B) Nas SCDs, são permitidos empréstimos a pessoas físicas e jurídicas a partir, exclusivamente, de seu capital social, sendo vedada a captação de recursos de terceiros para fomentar linhas de crédito; já nas SEPs, *fintechs* operam como instrumentos de captação de investidores para alocação junto às linhas destinadas aos tomadores, terceirizando seu risco com o uso de securitizadoras, e recebendo uma participação pela administração da operação.
- (C) Nas SCDs, são permitidos empréstimos a pessoas físicas e jurídicas, seja a partir de seu capital social seja por outros instrumentos de captação de recursos; já nas SEPs, as *fintechs* operam como uma plataforma de intermediação entre tomador e credor (investidor), recebendo uma participação pela operação.
- (D) Nas SCDs, não são permitidos empréstimos a pessoas físicas, somente a pessoas jurídicas, a partir seu capital social, sendo proibida a captação de recursos a mercado para fomentar linhas de crédito; já nas SEPs, as *startups* operam intermediando tomador e investidor, mantendo seu capital social protegido do risco de inadimplência, porém recebendo somente uma participação pela administração da operação.
- (E) Nas SCDs são permitidos empréstimos a pessoas físicas e jurídicas a partir, exclusivamente, de seu capital social, sendo vedada a captação de recursos de terceiros para fomentar linhas de crédito; já nas SEPs, *fintechs* operam como intermediadores entre tomador e credor, mantendo seu capital social protegido do risco de inadimplência, porém recebendo somente uma participação pela administração da operação.

25

A prevenção à lavagem de dinheiro é um tema importante e é objeto de discussão em vários países. Analise as afirmações a seguir sobre lavagem de dinheiro:

- I. Em geral, a prática do crime de lavagem de dinheiro está associada à existência de um crime antecedente como condição prévia.
- II. A lavagem de dinheiro é um processo pelo qual ganhos obtidos de atividades legais são "lavados" para que pareçam originados de fontes legítimas.
- III. Empresas que comercializam joias estão sujeitas às normas de prevenção à lavagem de dinheiro do Banco Central do Brasil.

Está correto o que se afirma em

- (A) I apenas.
- (B) II apenas.
- (C) III apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) I e III apenas.

26

O seguinte evento foi seguido pela implantação do regime de metas de inflação no Brasil:

- (A) a abertura do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em 1967.
- (B) a criação do Banco Central do Brasil em 1968.
- (C) a privatização das instituições financeiras estatais em 1994.
- (D) a crise cambial de 1999.
- (E) a regulamentação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) em 2010.

27

Sobre o sigilo bancário no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O cliente de um banco tem o direito de autorizar a divulgação de suas informações financeiras a terceiros.
- (B) O sigilo bancário pode ser quebrado quando o cliente fica inadimplente.
- (C) No Brasil não há sigilo bancário por causa do princípio da transparência.
- (D) O sigilo bancário é importante para a economia como um todo, uma vez que agiliza o crédito bancário.
- (E) O sigilo bancário não pode ser quebrado mediante ordem judicial.

28

Sobre os Acordos de Basileia, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Acordo de Basileia II foi o primeiro a estabelecer requisitos mínimos de capital para os bancos.
- (B) O Acordo de Basileia I introduziu padrões para a regulamentação bancária internacional, enquanto o Acordo de Basileia II se concentrou na estabilidade financeira global.
- (C) O Acordo de Basileia III abrangiu principalmente a regulamentação bancária em nível nacional, sem ênfase na cooperação internacional.
- (D) Os Acordos de Basileia IV e V versam sobre prevenção contra a lavagem de dinheiro.
- (E) O Acordo de Basileia III foi uma iniciativa em resposta à crise financeira global de 2007-2008, com o objetivo de fortalecer o sistema financeiro e evitar crises bancárias no futuro.

29

Assim como outros setores, o sistema financeiro nacional depende de mecanismos de defesa da concorrência para garantir um ambiente justo, competitivo e benéfico para consumidores e empresas. Avalie se os mecanismos de defesa da concorrência no sistema financeiro incluem:

- I. O Incentivo à inovação financeira e tecnológica.
- II. A redução de barreiras à entrada para novas instituições financeiras.
- III. O incentivo ao compartilhamento de dados financeiros (*Open Banking*).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) II apenas.

30

Assinale a afirmação correta sobre o Sistema Financeiro Internacional e os organismos internacionais.

- (A) O Banco Mundial é uma organização financeira internacional com sede em Basileia, Suíça, que serve como o banco dos bancos centrais. Sua principal função é facilitar a cooperação entre os bancos centrais e promover a estabilidade monetária e financeira global.
- (B) A ONU (Organização das Nações Unidas) é uma organização internacional que tem foco no financiamento de questões de entretenimento e cultura, promovendo eventos culturais, shows e competições esportivas em todo o mundo.
- (C) O Fundo Monetário Internacional (FMI) é responsável por fornecer assistência financeira e políticas econômicas para países que enfrentam desequilíbrios financeiros e macroeconômicos no Sistema Financeiro Internacional.
- (D) A OMC (Organização Mundial do Comércio) é uma organização internacional que facilita a cooperação entre os bancos centrais e promove a estabilidade monetária e financeira global.
- (E) O BIS (Banco de Compensações Internacionais) é uma instituição internacional que fornece assistência financeira e técnica a países em desenvolvimento para projetos de desenvolvimento, redução da pobreza, educação, saúde e infraestrutura. O BIS trabalha para promover o desenvolvimento econômico e social em países de baixa e média renda.

31

Em relação ao STR (Sistema de Transferência de Reservas), operado pelo Banco Central do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O STR é um sistema de pagamentos de varejo utilizado para transferências eletrônicas de fundos entre instituições financeiras no Brasil.
- (B) O STR é um sistema de pagamento instantâneo que permite a transferência de fundos em tempo real, 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- (C) O STR é uma plataforma de transferência eletrônica de reservas bancárias entre instituições financeiras, importante para a estabilidade do sistema financeiro e a condução da política monetária no Brasil.
- (D) O STR é responsável pela liquidação de grandes volumes de transações de alto valor entre instituições financeiras, como TEDs e DOCs.
- (E) O STR é um sistema utilizado para processar transações de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais.

32

Em relação ao Open Finance, assinale a afirmativa correta.

- (A) O *Open Finance* tem foco principalmente no compartilhamento de dados de contas bancárias entre instituições financeiras para facilitar transferências e pagamentos.
- (B) O Pix é um sistema de pagamento instantâneo que permite transferências de fundos em tempo real; desta forma, o Pix faz parte do *Open Finance*.
- (C) O *Open Finance* é um sistema de informações de crédito que tem o intuito de ajudar as instituições financeiras a tomar decisões sobre concessão de crédito.
- (D) O *Open Finance* é um sistema de informações de crédito que ajuda o Banco Central a controlar o crédito disponível na economia.
- (E) O *Open Finance* envolve o compartilhamento de informações financeiras amplas, incluindo produtos de investimento, seguros e outros, para oferecer aos consumidores uma visão completa de suas finanças.

33

Em 2023, foi anunciado que o Drex está previsto para ser lançado no final de 2024 (sem data definida). Sobre o Drex, analise os itens a seguir:

- I. O Drex poderá ser emitido pelas instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil, para transações de varejo com seus clientes.
- II. O Drex, por ser uma moeda virtual, terá mais valor do que o real.
- III. Para ter acesso à Plataforma Drex, qualquer pessoa precisará de um intermediário financeiro autorizado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) III apenas.

34

Sobre LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), LCI (Letra de Crédito Imobiliário), CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e CDB (Certificado de Depósito Bancário), analise os itens a seguir:

- I. LCA e LCI são títulos de renda fixa emitidos pelo governo para financiar projetos no agronegócio e no setor imobiliário.
- II. LCA, LCI e CDB têm isenção de imposto de renda para pessoas físicas.
- III. CDI serve de referência para o mercado financeiro, e CDB é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras.

Está correto o que se afirma em

- (A) I apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) II apenas.
- (D) I e III apenas.
- (E) III apenas.

35

A supervisão é fundamental para garantir a estabilidade, a integridade e a confiança no sistema financeiro nacional. Assinale a afirmativa correta sobre os supervisores do sistema financeiro nacional brasileiro.

- (A) A CVM supervisiona intermediários, como corretoras e distribuidoras de valores mobiliários.
- (B) A SUSEP supervisiona as entidades fechadas de previdência complementar, como fundos de pensão, garantindo que elas cumpram com as regras de investimento e garantam os benefícios aos participantes.
- (C) O CMN atua na prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, coletando informações sobre transações financeiras suspeitas.
- (D) O CMN é o principal órgão regulador e supervisor das instituições financeiras no Brasil.
- (E) A PREVIC supervisiona produtos de previdência complementar, como PGBLs e VGBLs, oferecidos por seguradoras e instituições financeiras.

36

Os fundos de investimento disponíveis para aplicação possuem as seguintes características de retorno esperado (R) e desvio-padrão (DP):

	R	DP
Fundo 1	5%	5%
Fundo 2	8%	2%
Fundo 3	3%	5%
Fundo 4	8%	9%
Fundo 5	7%	2%

Com base nas informações acima, assinale a opção que indica o fundo que um indivíduo avesso ao risco escolheria.

- (A) Fundo 1.
- (B) Fundo 2.
- (C) Fundo 3.
- (D) Fundo 4.
- (E) Fundo 5.

37

As opções de venda são bastante utilizadas para proteção de ativos. Assinale a opção que indica o risco para o investidor que vende uma opção de venda e não possui o ativo-objeto.

- (A) O preço do ativo-objeto da opção cair.
- (B) O preço da opção de compra do mesmo ativo subir.
- (C) Não há risco, pois a opção de venda protege o investidor.
- (D) A volatilidade implícita extraída da opção aumentar.
- (E) A taxa de juros básica da economia subir.

38

Os mercados a termo e futuro têm bastante negócios no Brasil e no mundo. Assinale a opção que apresenta as diferenças entre o mercado a termo e o mercado futuro.

- (A) O mercado futuro é negociado em balcão, o termo em bolsa. O futuro tem ajustes diários, o termo não. O futuro é padronizado, o termo não.
- (B) O mercado futuro é negociado em bolsa, o termo em balcão. O futuro tem ajustes diários, o termo não. O futuro é padronizado, o termo não.
- (C) O mercado futuro é negociado em balcão, o termo em bolsa. O termo tem ajustes diários, o futuro não. O futuro é padronizado, o termo não.
- (D) O mercado futuro é negociado em bolsa, o termo em balcão. O futuro tem ajustes diários, o termo não. O futuro não é padronizado, o termo é.
- (E) O mercado futuro é negociado em balcão, o termo em bolsa. O futuro tem ajustes diários, o termo não. O futuro não é padronizado, o termo é.

39

A securitização de recebíveis é um processo financeiro comum que desempenha um importante papel nos mercados financeiros. Assinale a opção relacionada à definição de securitização de recebíveis.

- (A) A securitização de recebíveis é o processo de contabilização dos ativos (recebíveis) de uma empresa.
- (B) A securitização de recebíveis é o processo de obtenção de empréstimos para aquisição de ativos (recebíveis).
- (C) A securitização de recebíveis se refere à venda de estoques de uma empresa por meio de ETFs (*Exchange Traded Funds*) na bolsa de valores.
- (D) A securitização de recebíveis é a prática de emprestar dinheiro a empresas para que elas possam financiar suas operações.
- (E) A securitização de recebíveis se refere à conversão de ativos ilíquidos em títulos negociáveis.

40

As moedas virtuais já são realidade. Como exemplo, o governo brasileiro planeja lançar o DREX, que é o real, a moeda oficial brasileira, em formato digital.

Assinale a opção que indica a característica fundamental das moedas virtuais.

- (A) São emitidas e regulamentadas por governos.
- (B) Existem apenas se houver lastro no formato físico (notas e moedas).
- (C) Dependem de uma autoridade monetária (normalmente os bancos centrais) para existir.
- (D) Operam em uma rede descentralizada e utilizam criptografia para segurança.
- (E) Podem ser rastreadas por terceiros sem qualquer nível de privacidade.

41

No âmbito da regulação estatal dos seguros privados, é natural que haja desafios variados relacionados à inovação tecnológica e que surjam novas demandas derivadas das relações sociais contemporâneas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o *sandbox* regulatório, entre outras finalidades, permite

- (A) a atuação de seguradoras em projetos inovadores por tempo indeterminado, no interesse da Administração Pública e independente de capital-base.
- (B) estimular projetos inovadores na área de seguros privados, os quais são regulamentados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar.
- (C) o desenvolvimento de novas tecnologias, metodologias e processos, incluindo a adoção de inteligência artificial.
- (D) medidas inovadoras no segmento de segurados privados, com exceção de coberturas do grupo patrimonial.
- (E) cooperação entre Banco Central e outras entidades financeiras, com exceção da Comissão de Valores Imobiliários, haja vista o caráter experimental da medida.

42

O seguro de pessoas, na atual quadra normativa, possui diversas particularidades e preceitos de grande relevância, com o objetivo de assegurar cobertura adequada aos contratantes.

Quanto às características na referida modalidade de seguro, assinale a afirmativa correta.

- (A) No plano vida gerador de benefício livre (VGBL), os aportes ao plano, após desconto da taxa de carregamento e outros encargos legais, serão apropriados à provisão matemática de benefícios a conceder.
- (B) Tanto o plano vida gerador de benefício livre (VGBL) como o plano vida gerador de benefício livre programado (VGBL Programado) contam com possibilidade de pagamentos financeiros programados e diferidos.
- (C) O plano Vida com Remuneração Garantida e Performance (VRGP) garante remuneração dos recursos da provisão matemática de benefícios a conceder por taxa de juros necessariamente igual à SELIC.
- (D) O plano Vida com Remuneração Garantida e Performance (VRGP) que preveja cobertura com pagamento único representará montante proporcional a última remuneração do segurado.
- (E) O seguro funeral, com o objetivo de garantir uma indenização relativa à realização de funeral do segurado, não admite reembolso, conforme disciplina da SUSEP.

43

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) possui, no bojo de suas competências regulatórias, diversas funções. Em relação a essas competências, é correto afirmar que

- (A) entre elas, há a atribuição de supervisão e coordenação do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, mediante fixação de diretrizes e normas da política de seguros privados.
- (B) entre as competências da SUSEP, há a prerrogativa de fixar condições de apólices, planos de operações e tarifas a serem utilizadas no mercado segurador nacional.
- (C) no bojo de suas competências, a SUSEP também é encarregada de avaliar o funcionamento de entidades fechadas de previdência complementar.
- (D) compete à SUSEP, entre outras atribuições, a fiscalização da constituição, organização, funcionamento e operações das sociedades anônimas no Brasil.
- (E) entre as competências da SUSEP, há a possibilidade de seleção de pessoal para as atividades internas, em quaisquer funções, independente de concurso público.

44

A Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, passou a dispor sobre a política de resseguro no Brasil, além de operações assemelhadas.

Diante do referido marco normativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) As operações de co-seguro presumem, necessariamente, a solidariedade entre as sociedades seguradas engajadas na relação jurídica.
- (B) As operações de resseguro e retrocessão somente poderão ser realizadas por meio de resseguradores locais ou resseguradores eventuais.
- (C) Tendo em vista a normativa apontada no enunciado da questão, resseguradores locais não mais se submetem às previsões do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.
- (D) A contratação de resseguro poderá ser feita mediante negociação direta entre a cedente e o ressegurador, independente de intermediários.
- (E) Desde a adoção do referido marco normativo, as operações de resseguro no Brasil são privativas do Banco do Brasil, mediante contratação direta.

45

Sobre o Instituto de Resseguros do Brasil – IRB Brasil RE, atualmente conhecido como IRB(Re), é correto afirmar que

- (A) trata-se de sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério da Economia.
- (B) o IRB(Re) pode desempenhar atividades de resseguro, vedada a retrocessão.
- (C) o IRB(Re) é a entidade governamental responsável regulação do resseguro no Brasil.
- (D) a atividade do IRB(Re) no Brasil se qualifica como ressegurador eventual.
- (E) o IRB(Re) fornecerá ao órgão fiscalizador da atividade de seguros informações técnicas, sempre que demandado.

46

No que diz respeito aos *fantasy games* e jogos de azar, é correto afirmar que

- (A) ambas as modalidades representam violação à legislação nacional, sem regulamentação ou disciplina em debate no Congresso Nacional.
- (B) em geral, os jogos de fantasia retratam disputas em ambiente virtual, a partir do desempenho de atletas em eventos esportivos reais.
- (C) os jogos de azar, assim como todas as formas de loteria, são vedados pela Constituição de 1988, mediante previsão expressa.
- (D) os jogos de fantasia encontram dificuldade em regulamentação definitiva no Brasil por ausência de possível *benchmark* com legislação estrangeira.
- (E) os jogos de fantasia, apesar da natureza idêntica de funcionamento e organização frente aos jogos de azar, são autorizados em âmbito municipal.

47

No âmbito federal, as loterias contam com regulamentação particular, a qual fixa diretrizes de organização, funcionamento e destinação de receitas.

Dentro do arcabouço regulatório apontado, é correto afirmar que

- (A) a loteria de prognósticos pode ser da espécie numérica, específica ou desportiva, sem prejuízo das demais modalidades de loterias.
- (B) os valores dos prêmios relativos às modalidades lotéricas autorizadas por lei, quando não reclamados pelos ganhadores, serão direcionados integralmente à previdência social.
- (C) o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), até 2019, recebia a totalidade do produto da arrecadação das loterias autorizadas em lei, ressalvada parcela de manutenção do sistema.
- (D) o produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos será destinado na totalidade à seguridade social, com divisão proporcional entre as áreas protetivas.
- (E) o Banco do Brasil é o responsável pela execução do concurso de prognósticos previsto no Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967.

48

A Lei nº 11.345/2006 autoriza o Poder Executivo Federal a instituir determinado concurso de prognóstico.

Dentro da autorização específica referida, é correto afirmar que

- (A) trata a referida lei de concurso de prognóstico na modalidade numérica, organizado pela Caixa Econômica Federal.
- (B) poderá participar do concurso de prognóstico referido quaisquer entidades desportivas, em todas as modalidades olímpicas.
- (C) as associações desportivas com dívidas tributárias, mesmo que devidamente parceladas e em dia, não poderão participar do concurso referido.
- (D) os recursos obtidos pelo referido concurso de prognóstico possuem destinação particular e exclusiva à manutenção da saúde.
- (E) a cessão, pela entidade desportiva, de direitos de uso de sua denominação, marca e emblema para divulgação e execução do concurso é mandatória.

49

Considere a seguinte situação hipotética: determinada sociedade nacional, concessionária de serviço de radiodifusão, planeja realizar distribuição de prêmios mediante sorteio para seus ouvintes.

De forma a agir nos estritos termos da lei, busca consulta a profissional especializado na área.

Entre as possíveis orientações a seguir, assinale a que está correta.

- (A) Caso a sociedade apontada esteja em situação irregular quanto a recolhimentos previdenciários de seus empregados, o sorteio não poderá tomar lugar.
- (B) Caso o sorteio seja feito em conjunto com organização da sociedade civil com o intuito de arrecadar recursos, haverá necessidade de autorização judicial.
- (C) A distribuição ou conversão dos prêmios em dinheiro é possível, desde que previamente disciplina no regulamento do sorteio.
- (D) Os interessados no sorteio poderão se cadastrar por meio eletrônico, vedada a exigência de CPF, em observância ao sigilo de dados sensíveis.
- (E) A distribuição de prêmios, incluindo vale-brindes, independe de prévia autorização estatal, desde que realizada de forma gratuita.

50

Determinada sociedade deseja ingressar no segmento aberto de previdência complementar e, para tanto, busca ajuda profissional de forma a compreender como será a constituição e funcionamento de uma Entidade Aberta de Previdência Complementar.

Diante do referido cenário hipotético, é correto afirmar que

- (A) as entidades abertas são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas, sendo a finalidade lucrativa expressamente determinada pela legislação específica.
- (B) os índices de solvência e liquidez, bem como as relações patrimoniais a serem atendidas pelas Entidades Abertas são dimensionadas pelas respectivas entidades, sem interferência estatal.
- (C) a fiscalização de uma Entidade Aberta de Previdência Complementar é de competência da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em conjunto com o Ministério da Economia.
- (D) caso a referida sociedade já seja seguradora do ramo vida, poderá requerer autorização adicional para atuação no segmento aberto de previdência complementar.
- (E) todos os membros da diretoria-executiva são os responsáveis legais pela aplicação dos recursos das reservas técnicas, provisões e fundos.

51

Entre os conceitos legais adotados pela Lei nº 13.756/18, após a alteração da Medida Provisória nº 1.182/23, é correto afirmar que

- (A) o apostador pode configurar pessoa natural ou jurídica, em todas as modalidades admitidas.
- (B) o agente operador é pessoa jurídica com outorga para explorar loteria de apostas de quota fixa em meio físico e virtual.
- (C) aposta virtual somente toma lugar antes da ocorrência do evento real objeto da aposta.
- (D) eventos reais de temática esportiva abrangem quaisquer competições desportivas, independentemente da idade dos atletas.
- (E) constitui infração administrativa executar, incentivar, permitir a adoção de medidas contrárias à igualdade entre os competidores.

52

No bojo da previdência complementar brasileira, é correto afirmar que

- (A) a adesão a regime de previdência complementar é, em regra, facultativo, salvo para empregados vinculados a entidades fechadas de previdência complementar.
- (B) tanto o segmento aberto como o segmento fechado de previdência complementar submetem-se às mesmas regras e regulamentações do mesmo órgão regulador.
- (C) as entidades previdenciárias, tanto no segmento aberto como fechado, são proibidas de estabelecer aplicações compulsórias ou limites mínimos de aplicação dos recursos garantidores.
- (D) o patrocínio estatal a planos de previdência complementar é proibido, sendo o aporte autorizado somente ao financiamento dos regimes públicos de previdência, para fins de aposentadorias e pensões.
- (E) a ação estatal, no âmbito da previdência complementar, é limitada a formulação de políticas no setor, haja vista a autonomia da vontade das partes envolvidas e a natureza contratual da previdência complementar.

53

Determinada Entidade Aberta de Previdência Complementar – EAPC deseja instituir plano de benefício coletivo, mediante demanda de empresa contratante.

No contexto hipotético apontado, é correto afirmar que

- (A) caso um participante do novo plano aporte recursos oriundos de plano de entidade fechada de previdência complementar, não poderá efetuar resgate imediato dos valores junto à EAPC.
- (B) o plano coletivo a ser criado poderá ser ofertado a toda e qualquer pessoa interessada, independente de vinculação a pessoa jurídica contratante.
- (C) caso a empresa contratante tenha, como objetivo principal, ofertar planos de benefícios coletivos, haverá a possibilidade de contratação, haja vista a afinidade de atividades.
- (D) ainda que a EAPC não tenha autorização específica para instituir o referido plano, a omissão é suprida por autorização anterior em planos individuais, haja vista a informalidade do setor privado.
- (E) é permitido, na hipótese de portabilidade em planos coletivos, a transferência de recursos entre participantes, desde que precedidos da anuência de ambos os interessados e sem prejuízos ao equilíbrio atuarial do plano.

54

Sobre a Loteria Instantânea Exclusiva – Lotex, na forma disciplinada pelo Decreto nº 9.327/18 e alterações subsequentes, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Lotex é restrita a eventos relativos à prática desportiva profissional de futebol.
- (B) A Lotex, mesmo configurando forma de jogo, poderá ser objeto de publicidade.
- (C) A Lotex pode ser explorada por qualquer empresa, desde que concessionária de serviço público.
- (D) A quantidade e o valor dos prêmios ofertados são informações opcionais das apostas.
- (E) A Lotex não carece de apresentar chances de ganho aos apostadores.

55

Avalie se a Lei Complementar nº 123/2006, ao estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispõe que não poderão ser exigidos pelos órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas,

- I. quaisquer documentos adicionais aos requeridos pelos órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, inclusive nos casos de autorização prévia para funcionamento.
- II. documento de propriedade ou contrato de locação do imóvel onde será instalada a sede, filial ou outro estabelecimento, salvo para comprovação do endereço indicado.
- III. comprovação de regularidade de prepostos dos empresários ou pessoas jurídicas com seus órgãos de classe, sob qualquer forma, como requisito para deferimento de ato de inscrição, alteração ou baixa de empresa, bem como para autenticação de instrumento de escrituração.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

56

Sobre os direitos do credor de coobrigados solidários cujas falências tenham sido decretadas, e dos direitos dos coobrigados solventes e garantes do devedor ou dos sócios ilimitadamente responsáveis falidos, a legislação falimentar dispõe que

- (A) o credor tem o direito de concorrer, em cada uma das massas dos coobrigados solidários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do seu crédito, percentual equivalente ao exigido para a declaração de extinção das obrigações do falido.
- (B) o credor tem o direito de concorrer pela integralidade do seu crédito, em cada uma das massas dos coobrigados solidários, até o decurso de 5 (cinco) anos do encerramento da falência, exceto na hipótese de pagamento de mais de 50% (cinquenta por cento) do valor inscrito no quadro-geral de credores.
- (C) se a soma dos valores pagos ao credor de coobrigados solidários, em todas as massas em que concorrer, exceder o total do crédito, o valor excedente será devolvido às massas proporcionalmente à parte que pagaram e àquela que cada uma tinha a seu cargo.
- (D) os coobrigados solventes e os garantes do devedor ou dos sócios ilimitadamente responsáveis poderão pleitear das massas dos coobrigados falidos a restituição do crédito correspondente às quantias pagas ou devidas, cujo crédito será considerado extraconcursal.
- (E) os coobrigados solventes e os garantes do devedor ou dos sócios ilimitadamente responsáveis podem habilitar o crédito correspondente às quantias pagas ou devidas, se o credor não impugnar, tempestivamente, a relação de credores elaborada pelo administrador judicial.

57

A Empresa Simples de Crédito (ESC) destina-se à realização de operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito, exclusivamente com recursos próprios, tendo como contrapartes microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional).

Nas operações de crédito realizadas pelas ESC,

- (A) não se aplicam as limitações à cobrança de juros na taxa máxima de 12% (doze por cento) ao ano, previstas no Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933 (Lei da Usura), contudo sua capitalização deve ser anual.
- (B) a remuneração da ESC somente pode ocorrer por meio de juros remuneratórios, vedada a cobrança de quaisquer outros encargos, mesmo sob a forma de tarifa.
- (C) deverá ser utilizada a alienação fiduciária como garantia nos empréstimos, financiamentos e descontos de títulos de crédito, exceto se o beneficiário for enquadrado como microempresa na modalidade microempreendedor individual (MEI).
- (D) a movimentação dos recursos poderá realizada mediante débito e crédito em contas de depósito de titularidade da ESC e da pessoa jurídica contraparte na operação, salvo se outra forma for expressamente prevista no contrato.
- (E) o registro das operações em entidade registradora autorizada pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários poderá ser dispensado se o beneficiário for microempresa, a fim de reduzir os custos da operação.

58

De acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.977, de 16 de dezembro de 2021, que disciplina as operações de arrendamento mercantil, os contratos devem observar, em relação ao prazo mínimo de arrendamento,

- (A) 2 (dois) anos, para arrendamento mercantil financeiro de bens com vida útil igual ou inferior a 5 (cinco) anos, considerando-se o tempo compreendido entre a data de entrega dos bens à arrendatária, consubstanciada em termo de aceitação e recebimento dos bens, e a data de vencimento da última contraprestação.
- (B) 1 (um) ano, para o arrendamento mercantil operacional, considerando-se o tempo compreendido entre a data da entrega do bem à arrendatária e dos serviços inerentes à sua exploração, e a data do término do prazo de opção de compra pelo valor residual garantido.
- (C) 5 (cinco) anos, para o arrendamento mercantil financeiro de bens com vida útil superior a 5 (cinco) anos, considerando-se o tempo compreendido entre a data de entrega dos bens à arrendatária, consubstanciada em termo de aceitação e recebimento dos bens, e a data de vencimento da última contraprestação.
- (D) 3 (três) anos, para o arrendamento mercantil financeiro de bens com vida útil igual ou inferior a 5 (cinco) anos, considerando-se o tempo compreendido entre a data de celebração do contrato, consubstanciada em termo de aceitação e recebimento dos bens, e a data do término do prazo de opção de compra pelo valor residual garantido.
- (E) 6 (seis) meses, para o arrendamento mercantil operacional, considerando-se o tempo compreendido entre a data da entrega do bem à arrendatária e dos serviços inerentes à sua exploração, e a data para o exercício da opção de compra pelo valor de mercado do bem arrendado.

59

Em relação às demonstrações financeiras do grupo de sociedades, avalie as afirmativas a seguir.

- I. As companhias filiadas indicarão, em nota às suas demonstrações financeiras publicadas, o órgão que publicou a última demonstração consolidada do grupo a que pertencer.
- II. As demonstrações consolidadas do grupo serão publicadas em até 30 (trinta) dias da publicação das demonstrações financeiras da sociedade de comando.
- III. As demonstrações consolidadas de grupo de sociedades que inclua companhia aberta ou fechada serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

60

De acordo com a legislação que disciplina a franquia empresarial, nos casos em que o franqueador subloque ao franqueado o ponto comercial onde se acha instalada a franquia, é correto afirmar que

- (A) o valor do aluguel a ser pago pelo franqueado ao franqueador, na sublocação, poderá ser superior ao valor que o franqueador paga ao proprietário do imóvel na locação originária do ponto comercial, sendo uma das condições para isso que tal possibilidade conste de forma expressa e clara na Circular de Oferta de Franquia.
- (B) qualquer uma das partes terá legitimidade para propor a renovação do contrato de locação do imóvel, vedada a exclusão de qualquer uma delas do contrato de locação e de sublocação por ocasião da sua renovação ou prorrogação, inclusive nos casos de inadimplência dos respectivos contratos ou do contrato de franquia.
- (C) o valor do aluguel a ser pago pelo franqueado ao franqueador, na sublocação, poderá ser superior ao valor que o franqueador paga ao proprietário do imóvel na locação originária do ponto comercial, sendo uma das condições para isso que tal possibilidade conste de forma expressa e clara na Circular de Oferta de Franquia e no contrato.
- (D) o valor do aluguel a ser pago pelo franqueado ao franqueador, na sublocação, poderá ser superior ao valor que o franqueador paga ao proprietário do imóvel na locação originária do ponto comercial desde que seja garantida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da sublocação durante os cinco primeiros anos da vigência do contrato de franquia.
- (E) apenas o franqueado-sublocatário terá legitimidade para propor a renovação do contrato de locação do imóvel, vedada a sua exclusão do contrato de locação e de sublocação por ocasião da sua renovação ou prorrogação, salvo nos casos de inadimplência dos respectivos contratos ou do contrato de franquia.

61

Paranoá Importação e Comércio de Eletrônicos S/A depositou produtos manufaturados adquiridos na China nos Armazéns Gerais Samambaia Ltda. A pedido do depositante foram emitidos conhecimentos de depósito e *warrants*.

Durante o prazo de depósito, todos os *warrants* foram endossados para Financeira Lago Sul S/A.

No dia do vencimento dos títulos, o portador não recebeu o pagamento e verificou que não se achava consignada com o depositante a importância do seu crédito e juros.

Considerados os fatos narrados e a legislação sobre os títulos de crédito mencionados, é correto afirmar que

- (A) o portador dos *warrants* deverá interpor o respectivo protesto por falta de pagamento nos dois dias úteis seguintes ao do vencimento, sob pena de perda do direito de regresso em face do primeiro endossante e do emitente.
- (B) o portador dos *warrants* promoverá a venda das mercadorias especificadas no título em leilão, por intermédio do corretor ou leiloeiro que escolher, exceto nas hipóteses de falência ou recuperação judicial, que suspenderão ou interromperão a venda anunciada.
- (C) o corretor ou leiloeiro, depois de avisar o administrador do armazém geral, anunciará pela imprensa o leilão, com antecedência de quatro dias, especificando as mercadorias conforme as declarações dos *warrants*, o lugar onde podem ser examinadas e declarando o dia e hora da venda e suas condições.
- (D) efetuada a venda em leilão das mercadorias warrantadas, a quantia reservada para o pagamento do portador dos *warrants* será depositada judicialmente por sua conta, quando não reclamada no prazo de noventa dias da data da venda da mercadoria.
- (E) se o portador dos *warrants* não ficar integralmente pago, em virtude da insuficiência do produto líquido da venda em leilão, terá ação para haver o saldo do emitente do conhecimento de depósito, sendo de três anos o prazo prescricional para essa ação, contado do dia do vencimento dos *warrants*.

62

A Lei nº 8.078/1990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor, instituiu em seu bojo a Convenção Coletiva de Consumo. Avalie se as seguintes afirmativas acerca do tema estão corretas:

- I. Não se exige de cumprir a Convenção Coletiva de Consumo o fornecedor que se desligar da associação de fornecedores nos trinta dias seguintes à data do registro do instrumento.
- II. A Convenção Coletiva de Consumo somente obrigará os filiados às entidades signatárias, ou seja, entidades civis de consumidores, associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica.
- III. As partes signatárias da Convenção Coletiva de Consumo podem fixar sanções em caso de seu descumprimento, inclusive para fins de imposição de penalidade administrativa prevista no Código de Defesa do Consumidor pela autoridade competente.
- IV. A Convenção Coletiva de Consumo tornar-se-á obrigatória e vinculante entre as partes a partir da data do registro do instrumento no cartório do tabelionato de notas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

63

A proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, efetua-se, entre outras ações, pela repressão às falsas indicações geográficas, assim consideradas a indicação de procedência e a denominação de origem.

Acerca desses institutos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A proteção à indicação geográfica estende-se à sua representação gráfica ou figurativa, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja indicação geográfica.
- (B) Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.
- (C) O nome geográfico que não constitua indicação de procedência ou denominação de origem não poderá servir de elemento característico de marca para produto ou serviço, por induzir falsa procedência ou origem perante o consumidor.
- (D) Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.
- (E) O uso de indicação de procedência ou denominação de origem é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, o atendimento de requisitos de qualidade.

64

Um dos órgãos que integra o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) é o CADE, que, por sua vez, contempla em sua estrutura organizacional o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, órgão judicante formado por um Presidente e seis Conselheiros.

Acerca das vedações ao Presidente e aos Conselheiros e à perda de mandato, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Presidente e os Conselheiros não poderão, por um período de cento e vinte dias, contado da data em que deixarem o cargo, representar qualquer pessoa, física ou jurídica, ou interesse perante o SBDC, ressalvada a defesa de direito próprio.
- (B) O Presidente e os Conselheiros são proibidos de participar, na forma de controlador, diretor, administrador, gerente, preposto ou mandatário, de associação, fundação, ou sociedade simples de qualquer espécie.
- (C) É defeso ao Presidente e aos Conselheiros exercer profissão liberal, exceto se não houver relação com a sua atividade no CADE e com comprovada compatibilidade de horários.
- (D) A perda de mandato do Presidente ou dos Conselheiros do CADE só poderá ocorrer em virtude de decisão conjunta do plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em razão de condenação penal irrecorrível por crime doloso, de processo administrativo disciplinar ou por infringência de quaisquer das vedações previstas na Lei nº 12.529/2011.
- (E) Perderá o mandato, automaticamente, o membro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica que faltar a duas reuniões ordinárias consecutivas, ou dez intercaladas, ressalvados os afastamentos temporários autorizados pelo Plenário.

65

Em relação à licença compulsória de patente, avalie se a Lei nº 9.279/1996 dispõe que

- I. enseja o licenciamento compulsório da patente quando a exploração do objeto no território brasileiro for insuficiente por fabricação incompleta do produto, ou, ainda, a falta de uso integral do processo patenteado, desde que provado que a comercialização não satisfaz às necessidades do mercado.
- II. a licença compulsória será concedida quando se verificar pelo menos uma das seguintes hipóteses: a) ficar caracterizada situação de dependência de uma patente em relação a outra; b) o objeto da nova patente constituir substancial progresso técnico em relação à patente anterior; c) o titular não realizar acordo com o titular da patente dependente para exploração da patente anterior.
- III. o titular da patente ficará sujeito ao licenciamento compulsório se exercer os direitos dela decorrentes de forma abusiva, ou por meio dela praticar abuso de poder econômico, comprovado nos termos da lei, por decisão administrativa ou judicial.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

66

A Lei nº 13.986, de 07 de abril de 2020, além de instituir o Fundo Garantidor Solidário (FGS) e o patrimônio rural em afetação, criou a Cédula Imobiliária Rural (CIR), acerca da qual é correto afirmar que

- (A) é título de crédito que representa, cumulativamente, ordem de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade, e que seja garantia da operação de crédito, nas hipóteses em que não haja o pagamento da operação até a data do vencimento.
- (B) deverá ser emitida sob a forma escritural, mediante lançamento em sistema de escrituração autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- (C) poderá receber aval, que constará do registro ou do depósito centralizado de ativos financeiros e de valores mobiliários, sendo vedados os avais parcial e sucessivo.
- (D) aplicam-se as normas de direito cambial, com as seguintes modificações: (i) os endossos deverão ser completos e (ii) apenas o primeiro endossante responde pelo pagamento, os demais somente pela existência da obrigação.
- (E) poderá ser negociada somente nos mercados regulamentados de valores mobiliários quando registrada ou depositada em entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil a exercer a atividade de registro ou depósito centralizado de ativos financeiros e de valores mobiliários.

67

Ao dispor sobre a prevenção e tratamento do superendividamento do consumidor, o Código de Defesa do Consumidor determinou que

- (A) é vedado, expressa ou implicitamente, na oferta de crédito ao consumidor, publicitária ou não, fazer referência a crédito 'sem juros', 'gratuito', 'sem acréscimo' ou com 'taxa zero' ou a expressão de sentido ou entendimento semelhante, exceto para oferta de produto ou serviço pagamento por meio de cartão de crédito.
- (B) são conexos, coligados ou interdependentes, entre outros, o contrato principal de fornecimento de produto ou serviço e os contratos acessórios de crédito que lhe garantam o financiamento, quando o fornecedor de crédito recorrer aos serviços do fornecedor de produto ou serviço para a preparação ou a conclusão do contrato de crédito.
- (C) nos contratos em que o modo de pagamento da dívida envolva autorização prévia do consumidor pessoa natural para consignação em folha de pagamento, a soma das parcelas reservadas para pagamento de dívidas não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) de sua remuneração mensal.
- (D) é vedado ao fornecedor de produto ou serviço que envolva crédito realizar ou proceder à cobrança de qualquer quantia contestada pelo consumidor em compra realizada com cartão de crédito ou similar, enquanto não for adequadamente solucionada a controvérsia, desde que o consumidor haja notificado a administradora do cartão com antecedência de, pelo menos, sete dias da data de vencimento da fatura.
- (E) o consumidor poderá desistir, em sete dias, da contratação de crédito consignado, a contar da data da celebração ou do recebimento de cópia do contrato, sem necessidade de indicar o motivo, ficando a eficácia da rescisão suspensa até que haja a devolução ao fornecedor do crédito do valor total financiado ou concedido.

68

O pagamento dos créditos extraconcursais, feito com precedência pela massa falida em relação aos créditos concursais, deve obedecer à ordem legal.

Assinale a opção que apresenta os créditos na ordem **decrecente** de preferência de pagamento.

- (A) Os créditos em dinheiro objeto de restituição; as quantias fornecidas à massa falida pelos credores; as obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados após a decretação da falência.
- (B) Os tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência; o valor efetivamente entregue ao devedor em recuperação judicial pelo financiador; as despesas com arrecadação, administração, realização do ativo, distribuição do seu produto e custas do processo de falência.
- (C) As remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares, os reembolsos devidos a membros do Comitê de Credores, e os créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência; as custas judiciais relativas às ações e às execuções em que a massa falida tenha sido vencida; as quantias fornecidas à massa falida pelos credores.
- (D) Os créditos em dinheiro objeto de restituição; as obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados após a decretação da falência; os tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência.
- (E) As despesas cujo pagamento antecipado seja indispensável à administração da falência, inclusive na hipótese de continuação provisória das atividades do falido; as remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares, os reembolsos devidos a membros do Comitê de Credores, e os créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência; o valor efetivamente entregue ao devedor em recuperação judicial pelo financiador.

69

O Estado Alfa, com o objetivo de estimular e valorizar o exercício da atividade docente nos distintos níveis da educação básica, editou a Lei nº X, assegurando o direito à meia-entrada, aos professores das redes estadual e municipal de ensino, em casas de diversões. A medida, apesar de amplamente elogiada pelos seus beneficiários, os professores, foi duramente criticada por uma associação representativa das sociedades empresárias que atuam no ramo de diversões, que a consideraram flagrantemente inconstitucional.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) o Estado Alfa incursionou em matéria própria de sua competência legislativa concorrente, de modo a prestigiar bens e valores de estatura constitucional.
- (B) a Lei nº X afronta o direito de propriedade e a liberdade contratual, ingressando em matéria própria do direito civil, de competência legislativa privativa da União.
- (C) qualquer medida de intervenção no domínio econômico deve prestigiar o princípio da isonomia, o que não ocorreu no caso concreto, pois a Lei nº X não se estende aos professores das redes federal e privada.
- (D) a educação e a cultura, na perspectiva constitucional, ocupam posições preferentes, em abstrato, quando cotejadas com a livre iniciativa, o que demonstra a constitucionalidade da Lei nº X ao conceder a meia entrada.
- (E) a meia-entrada assegurada somente é compatível com a ordem constitucional em relação aos professores estaduais, não quanto aos professores municipais, que devem ser alcançados pela legislação própria desse ente federativo.

70

Com o objetivo de promover o desenvolvimento da atividade econômica em sentido estrito no território estadual, o Estado Alfa editou a Lei nº X. Esse diploma normativo assegurou o acesso a um “programa estadual de financiamento”, às sociedades empresárias sediadas no Estado que produzissem o produto WW e contratassem, para o escoamento de ao menos 30% de sua produção, pessoas jurídicas ou físicas com sede no mesmo Estado.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o Estado Alfa

- (A) não tem competência para legislar sobre política de crédito, logo, a Lei nº XX é inconstitucional.
- (B) possui liberdade de conformação para fomentar o exercício da atividade econômica em seu território, não havendo óbice a que tal seja feito da forma estabelecida na Lei nº XX.
- (C) não incursionou no exercício da atividade econômica, apenas estabelecendo requisitos para o acesso a um programa estatal, o que se situa no âmbito de sua autonomia política.
- (D) ao editar a Lei nº XX, afrontou, sem justificativa plausível, a livre concorrência, além de adotar tratamento diferenciado em relação aos transportadores com sede em Alfa.
- (E) além de ter competência para legislar sobre direito econômico, a Lei nº XX se alinha aos objetivos constitucionais de redução das desigualdades regionais e da busca do pleno emprego.

Realização

